

1  
2

1 **Ata da Assembleia Geral Ordinária da Comissão Municipal de Prevenção e**  
2 **Erradicação de Trabalho Infantil do Município de Santos – CM-PETI. Ao décimo**  
3 **oitavo dia do mês de agosto de dois mil e dezesseis, às nove horas e trinta minutos,**  
4 **na Casa de Participação Comunitária, sito à Av. Rei Alberto I, n. 119, Ponta da Praia,**  
5 **em Santos – São Paulo,** com a presença dos integrantes da Comissão, cujas  
6 assinaturas constam em lista de presença que faz parte desta ata. Com a palavra à Sra.  
7 Coordenadora dá início a reunião com a **Pauta 01. Leitura da ata do mês anterior pela**  
8 **plenária.** Após as correções necessárias, a ata foi aprovada por todos os presentes.  
9 **Pauta 02. Apresentação da Gestão do Sistema Único de Assistência Social da SEAS**  
10 **sobre a demanda do Trabalho Infantil identificada em 2015 pelo Serviço**  
11 **Especializado de Abordagem Social a crianças e adolescentes em situação de rua**  
12 **e/ou trabalho infantil.** A apresentação foi realizada pelo sociólogo da SEAS, Sr. Rodrigo  
13 Lacchi. O primeiro item a ser elucidado foi o contexto do trabalho infantil no município de  
14 Santos, através de dados estatísticos com base no IBGE. Rosemeiry de Lima – Saúde do  
15 Trabalhador – PMS, aponta a necessidade de repasse destas informações para que o  
16 Setor da Fiscalização da Saúde do Trabalhador, possa atuar de maneira assertiva e  
17 otimizada. Foi apontada a apresentação da pesquisa realizada em outubro de 2015, pelo  
18 Instituto de Pesquisa A Tribuna – IPAI, a qual trouxe à luz dados quantitativos e  
19 qualitativos, em relação ao fenômeno do trabalho infantil, para os munícipes de Santos.  
20 Explicação das campanhas que foram realizadas desde o ano de 2013 em combate ao  
21 trabalho infantil. Foram apresentados os dados de Santos no período de 2014 à 2016 em  
22 relação ao Trabalho Infantil, são eles: 331 crianças e adolescentes foram identificadas.  
23 Deste total acima, 63 situações (casos) não possuíam informações necessárias para a  
24 realização da busca ativa, para a identificação coesa e para o cadastramento. Desse  
25 número, 15 situações não possuíam informações sobre a idade e 14 das situações  
26 identificadas eram maiores de 18 anos de idade. Logo em seguida foi explicado o Fluxo  
27 de Atendimento do PETI dentro das Proteções (Especial e Básica) SEAS, no que se  
28 refere ao acompanhamento familiar e seus desdobramentos. Também foram apontados  
29 os seguintes dados: em agosto de 2016, 214 crianças e adolescentes identificados em  
30 situação de Trabalho Infantil estão inseridos no Cadastro Único. Em agosto de 2016, foi  
31 identificada que 162 das identificações são beneficiários do Programa de Transferência de  
32 Renda – Bolsa Família e 21 estão inseridos no Programa Municipal Nossa Família. No  
33 que se refere ao acompanhamento PAEFI, em 2014 e 2015, 94 casos de crianças e  
34 adolescentes foram referenciados no acompanhamento PAEFI (informações coletadas  
35 através do Relatório Mensal dos atendimentos do CREAS). No acompanhamento PAIF,

36 no período de 2014 e 2015, 19 famílias com situação de trabalho infantil foram incluídas  
37 no acompanhamento PAIF. No mês de agosto de 2016, 57 das famílias em  
38 acompanhamento PAEFI, possuem crianças e adolescentes que foram identificados em  
39 situação de trabalho infantil. Sra. Tais Aguiar após a finalização da apresentação trouxe  
40 para a discussão a necessidade de integração das políticas para aqueles casos já  
41 identificados possam ser de fato protegidos de maneira integral, conforme preconiza o  
42 ECA. Também questiona: *“Como estão sendo efetivadas as medidas de proteção nos*  
43 *casos de trabalho infantil?”*. Sra. Magali Freitas – Chefe do Departamento de Proteção  
44 Social da Básica – SEAS, sugere a necessidade de analisar todos os Planos de  
45 Acompanhamento para verificar como este está se dando, quais as potencialidades e as  
46 lacunas existentes. Acrescentou ainda que esta CMPETI deve procurar provocar as  
47 outras políticas públicas. Sra. Ana Lucia Rezende – SECULT, disse que as vagas para  
48 atividades culturais existem e que são garantidas. Colocou também que devemos ter o  
49 olhar de ir além do que é proposto. Sr. Rodrigo Lacchi ressaltou que o trabalho infantil  
50 está inserido em um processo de desconstrução no sentido cultural e social, enfatizou que  
51 o caminho é a luta cotidiana e que qualquer ação deve estar voltada ao combate do  
52 trabalho infantil. Sra. Tais Aguiar relatou sobre a importância das atividades contraturno e  
53 que as ofertas devem existir, sem importar se esta é estadual ou municipal. Sra. Viviane,  
54 Coordenadora pontuou que essa discussão é importante, pois o caminho para a  
55 erradicação do trabalho infantil não se resume ao trabalho formal e protegido, mas sim  
56 como a integração das diversas políticas públicas. Sra. Tânia Justo – Presidente da  
57 ASPPE – Pesquisa, Prevenção e Educação, reforça que o desemprego em nosso país  
58 reforça e reforçará a incidência do trabalho infantil. **Pauta 03. Calendário para as**  
59 **assembleias itinerantes 2016/2107.** Após a discussão entre os participantes, o  
60 calendário construído coletivamente foi: Mês de Setembro – CAMPS, Mês de Outubro –  
61 ASPPE, Mês de Novembro – CRAS Alemoa, Meses de Dezembro e Janeiro: Casa de  
62 Participação Comunitária. A plenária decidiu que as assembleias a partir de janeiro serão  
63 planejadas posteriormente. **Pauta 04. Devolutiva do encaminhamento ao CMDCA**  
64 **sobre o serviço do 0800.** Foi explicado à plenária o conteúdo discutido durante a reunião  
65 que ocorreu em 08/08/16, nesta casa. Os encaminhamentos construídos foram: criação  
66 de instrumental para o preenchimento da Guarda Municipal – GCM no momento de  
67 atendimento à denúncia, realização de Capacitação para a GCM diante do novo  
68 instrumental que será ofertada pela SEAS. Em relação ao trabalho de abordagem  
69 executado após as 22 horas, a Sra. Secretária de Assistência Social – Rosana Russo, na  
70 reunião informou que é de extrema importância a notificação dos casos de trabalho  
71 infantil, uma vez que não existem dados coesos acerca desta demanda que ocorre após

5  
6  
72 as 22 horas. E Taís Aguiar complementou informando que nesta reunião o CT do Centro  
73 comunicou situações que foram encaminhadas ao CREAS e que até o momento não  
74 possuía devolutiva. A Secretaria Rosana Russo solicitou então que tais situações fossem  
75 encaminhadas naquele dia para que pudesse dar uma resposta mais assertiva, no  
76 entanto, os dados não foram encaminhados e sendo assim, a necessidade de  
77 comunicação das situações foi mais uma vez destacada. E outros encaminhamentos  
78 desta reunião foram: habilitação imediata do 0800 para celular e ligações a cobrar,  
79 também foi encaminhada a necessidade de ampliação da Equipe de Abordagem para 24  
80 horas e de RH adequado. E por último, foi encaminhada a data de reunião entre os  
81 CMDCA para a apresentação dos dados do Serviço Especializado de Abordagem Social –  
82 **ASPPE. Pauta 05. Devolutiva da 2ª Audiência com o Ministério Público do Trabalho**  
83 **em 05/08/16.** Sra. Coordenadora Viviane deu a devolutiva à plenária informando que foi  
84 concluída a construção do Projeto Piloto o qual visa a inserção de adolescentes em  
85 situações de: acolhimento institucional, egressos da Fundação Casa, situações de  
86 trabalho infantil e em cumprimento de medidas socioeducativas, nas ofertas de  
87 Programas de Jovem Aprendiz. As entidades qualificadoras presentes expuseram suas  
88 dúvidas e as audiências com as empresas portuárias terão início em 10/08/16. Informou  
89 ainda que o CAMPS já recebeu o contato de algumas empresas no sentido de inserir os  
90 adolescentes no Programa Jovem Aprendiz. E sem mais nada a falar encerra-se a  
91 reunião.

92  
93  
94  
95  
96 **Viviane Aparecida Figueiras Simone**  
97 **COORDENADORA**

**Raquel Cuellar do Nascimento**  
**SECRETÁRIA**

98

99

100

101

102

103

104

7

8

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122 E sem mais nada a falar encerra-se a reunião.

123

124

125

126

127

**Viviane Aparecida Figueiras Simone**  
COORDENADORA

**Raquel Cuellar do Nascimento**  
SECRETÁRIA

128

129

130

131

132

133

134

9

10

135

136

137

138

139